

Grupo: Ana Paula Oliveira Barbosa, Caio Cugler Siqueira, Gabriela Mazzari Gallo, Luis Carlos Alves de Sá, Monica Passos, Otávio Oliveira e Veronica Martins Costa

### **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes.**

Crises mundiais recentes revelam a vulnerabilidade do sistema agroalimentar em sua missão de oferecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial. Assim, o debate sobre a segurança e soberania alimentar é efervescente.

Para tratar do tema, convém lembrar que o propósito de segurança alimentar está inscrito nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) na Europa, com o objetivo de assegurar o abastecimento dos mercados alimentares. As políticas de bem-estar social da época permitiam que a questão do acesso ao alimento não integrasse propriamente aquelas de segurança alimentar. Esta época foi de grande crescimento econômico na Europa: os agricultores migravam para as cidades por causa do forte processo de modernização da agricultura, mas o dinamismo econômico em contexto de políticas de pleno emprego amenizou muito o êxodo rural.

O ponto central da política com foco na segurança alimentar foi garantir uma grande oferta de produtos alimentares com preços reduzidos. Ao mesmo tempo, procurou-se manter uma remuneração adequada aos agricultores. Os objetivos das políticas de segurança alimentar na Europa foram plenamente alcançados, graças a esta orientação produtivista da modernização agrícola.

Tratando-se das questões brasileiras, o termo segurança alimentar foi notadamente mobilizado pelas forças que impulsionavam a transição democrática no Brasil. Com efeito, esta noção passa a ter grande repercussão e propagação quando uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) foi proposta pelo governo paralelo, em oposição a Collor de Mello. Tratou-se de contrapor uma agenda política alternativa aos preceitos da ortodoxia liberal que guiavam o poder executivo na época. Os documentos desta proposta de segurança alimentar abraçavam ideias em torno da democratização e do acesso à cidadania, o que reforçava muito a ideia da equidade no acesso aos alimentos.

A deposição de Collor e a constituição do governo Itamar permitiram a implantação de uma série de políticas com vistas à segurança alimentar, inaugurando a instalação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), tal como previsto na PNSA do governo paralelo. Tratava-se de fortalecer a presença de atores da sociedade civil no processo de tomada de decisão no âmbito do Estado, procurando liberar este último de seu aprisionamento pelas forças políticas e econômicas conservadoras.

Nesta perspectiva de democratização no âmbito agroalimentar, o papel de mobilização cidadã da Ação da Cidadania pode ser destacado. O movimento foi por vezes criticado por um excesso de assistencialismo. Porém, como intervenção estrutural, a reforma agrária era considerada base do movimento, e não somente arrecadação e distribuição de alimentos aos necessitados. Porém, essa linha de intervenção estrutural em termos da reforma agrária não foi tão efetiva no movimento.

Nesse contexto de importantes debates, outra proposta de segurança alimentar surge pela Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG). Esta organização empresarial salienta a importância do setor agroindustrial para alcançar os objetivos da segurança alimentar, reivindicando melhor infraestrutura e estabilidade econômica para investimentos, com a ideia de que é unicamente o aumento da oferta de alimentos que combaterá a fome. Adota-se assim uma tese claramente produtivista.

Na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, 1996, a Via Campesina, organização que visa representar os agricultores camponeses e familiares do planeta, defende uma proposta oposta à ABAG. A Via Campesina não aceitou o documento final deste evento por considerar a concepção de segurança alimentar neste texto muito produtivista. Deste então, a luta da soberania alimentar passa a se disseminar por todo o mundo.

De fato, nos fóruns internacionais, há acirrado debate sobre como alcançar o direito à alimentação. Diferentes pensamentos estão em jogo. Na Declaração Universal dos Direitos dos Homens, o direito à alimentação em princípio deve considerar às características étnicas e culturais das populações, validando assim medidas protecionistas e de apoio às agriculturas locais. Porém, um consenso está longe de ser alcançado aqui.

Aqueles que defendem uma posição produtivista acreditam que o comércio internacional de alimentos é a base para a segurança alimentar e para o direito à alimentação. Portanto, o desenvolvimento sem barreiras do comércio internacional de produtos agrícolas ajudaria, nesta ótica, a reduzir os preços dos alimentos, satisfazendo os requisitos de segurança alimentar.

Em cenário de medidas anti-protecionistas favorecendo o comércio internacional, constata-se um aumento na produção alimentar mundial. Porém, não há melhora na qualidade da alimentação de grande parte da população mundial, sobretudo dos países mais pobres onde faltam instrumentos econômicos de apoio aos agricultores e aos mais empobrecidos.

Efetivamente, a concepção da soberania alimentar favorece a formação de um alicerce em defesa as agriculturas familiares. Porém, a defesa destas últimas não deve ser considerada um regresso a um passado rural

precário, mas sim a retomada de valores e princípios essenciais para responder aos problemas do presente com vistas à construção de um futuro melhor.

Defensor da soberania alimentar, Miguel Altieri tem por tese que a crise alimentar vivida em 2008 é fruto do modelo da agricultura atual incapaz de suprir em alimentos a população mundial. Esta agricultura industrial é causadora de degradação ambiental e negligente com os serviços ecossistêmicos. O autor defende um sistema agrícola mais viável para produtores e consumidores, visto que o atual domínio da agricultura industrial favorece o livre comércio desigual sob o controle de multinacionais. Assim, pequenos agricultores são “tragados” por esse sistema, perdendo sua capacidade de concorrência.

Para este autor, a soberania alimentar local seria um instrumento para solucionar este sistema em colapso. Esta concepção tem como base ideias como aquelas de Gilles Maréchal, que aponta para as vantagens de uma aproximação entre agricultores e consumidores, além de defender o controle local dos recursos fundamentais necessários para a agricultura, tais como a terra e a água. Assim, espera que a comunidade local possa se desenvolver social e economicamente, em harmonia com a natureza. Tal sistema agroalimentar seria baseado em pequenas unidades produtivas e biodiversas da agricultura familiar, com grande reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, com caráter mais benéfico para a comunidade local.

O movimento conhecido por "Slow Food", oposto ao modelo de consumismo representado pelo "Fast Food"<sup>1</sup>, apoia igualmente a soberania alimentar, que seja capaz, ao mesmo tempo, de valorizar o meio ambiente e as práticas agroalimentares locais, garantindo assim uma agricultura diversificada e justa. Visando uma agricultura sustentável, o Slow Food busca promover a ecogastronomia, fundada na biodiversidade alimentar e na pluralidade das culturas culinárias.

Marc Dufumier é também um defensor da soberania alimentar. Para este autor, trata-se de um pilar do desenvolvimento sustentável. Dufumier insiste, em seus estudos sobre os desgastes da agricultura industrial e produtivista em contraste com as vantagens de uma agricultura familiar. Com esta ótica, defende uma proteção tarifária aos agricultores familiares como um direito essencial, principalmente aos países mais pobres, lembrando que, aproximadamente 75% das pessoas em estado de insegurança alimentar, pertencem a famílias agricultoras pobres. Assim, ao receber apoio e proteção, este tipo de agricultura seria capaz de assegurar alimento e renda aos grupos sociais vulneráveis ao mesmo tempo que preserva e valoriza a diversidade cultural e biológica em torno do alimento e de hábitos alimentares locais.

Convém parênteses aqui para mencionar que, no Brasil, existem grupos de pessoas que visam alcançar a soberania alimentar de uma maneira muito inovadora. Os "Hortelões Urbanos" são formados graças a um grupo de internet criado em 2011 na rede social "Facebook". Reúne diversas pessoas com interesse em cultivar alimentos, mas sem ter conhecimento ou prática. Quando surge um local propício para a implantação de uma horta, os membros desse grupo planejam via internet a criação de hortas em ambientes urbanos, muitas vezes negligenciados. Tal atividade fortalece os laços entre as pessoas do grupo e da comunidade por onde passam. O fato das pessoas protegerem espaços públicos, com hortas coletivas, mostra uma mudança que está ocorrendo em relação à visão sobre este tipo de espaço.

Quanto à agricultura familiar, dados divulgados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) revelam que a produção familiar foi responsável por 87% da oferta da mandioca, 79% do feijão e 69% do milho. Na cidade de São Pedro/SP, produtores familiares fundaram uma cooperativa (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro – COOPAMSP), com a qual sua produção de leite é distribuída em localidades vizinhas. Estes agricultores realizam em última análise serviços e produtos mais adaptados em termos ecológicos e culturais para a região, diante de uma globalização homogeneizante.

Consumidores de uma feira local de produtores confiam nestes agricultores de São Pedro, de forma a julgar que seus produtos são mais saudáveis que os produtos industrializados ou aqueles encontrados na grande distribuição. Claramente, esse ponto de vista não corresponde à visão predominante sobre os alimentos no Brasil, mas mostra que a industrialização intensa da agricultura e da alimentação no estado de São Paulo não acabou por completo com referências de qualidade alimentar associadas a uma agricultura local e artesanal produtora de alimentos saudáveis e saborosos. O debate sobre a soberania alimentar reforça estas referências de qualidade alimentar aliadas à formas mais sustentáveis de produção, permitindo revalorizar a atividade agrícola.

Por outro lado, uma investigação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) destacou estratégias visando o reconhecimento de direitos das comunidades quilombolas. No Vale do Ribeira, dirigentes quilombolas comparam a agricultura industrial produtivista com aquela praticada em suas comunidades, considerando que estas últimas se ajustam às demandas por um desenvolvimento sustentável. Esquecidos ao longo de muitos anos dos projetos de desenvolvimento do Vale do Ribeira, o papel destes descendentes de escravos passa a ter um novo significado: tornam-se guardiões da natureza, capazes de promover práticas agroalimentares menos agressivas, em circunstâncias que se inscrevem, com efeito, numa perspectiva de soberania alimentar. De fato, existe certa revalorização de suas práticas com o debate sobre a sustentabilidade, o que lhes permite conceber que a agricultura e a alimentação quilombolas podem contribuir com a reflexão sobre a qualidade em torno da mesa.

---

<sup>1</sup> A propósito, no Brasil o índice de pessoas obesas aumentou enquanto o déficit alimentar diminuiu. A alimentação tornou-se mais industrializada, bem representada pela alimentação *fast food*, ao invés de local e natural, o que explica em grande medida tal fenômeno.

Convém lembrar que, no mundo atual, é a concepção de qualidade alimentar dos gigantes da distribuição e do setor agroindustrial que constitui a principal referência para a escolha dos consumidores. Deste modo, são os meios publicitários que conferem uma qualidade superior às marcas comerciais da indústria alimentar. Assim, o modo de produção agrícola ou a origem do alimento são apagados da memória dos produtos.

Para concluir, a polissemia do termo “segurança alimentar” deixa margem para interpretações distintas no que se refere à implantação de medidas de combate contra a fome ou alimentação adequada. Em muitas destas concepções, as agriculturas locais – familiares, diversificadas, voltadas à produção alimentar e à comercialização regional – são negligenciadas enquanto propulsoras de soluções eficazes de satisfação alimentar. Desta forma, muitas críticas se dirigem ao descaso com as condições de vida e de produção da maior parte das famílias agricultoras do mundo, que constituem o grupo social mais afetado pela insegurança alimentar. Em contrapartida, a ideia de soberania alimentar oferece elementos para a construção de referências ancoradas na proteção das agriculturas locais com vistas à concepção de políticas agrárias, agrícolas e alimentares. 2